

A escola democrática

FABIO BRUNO

○ Plano de Metas do Governo Sarney, em sua parte social, vem sendo obstinadamente combatido por avaliações subjetivas como eleitoreiro e assistencialista. Os combatedores maiores ocupavam cargos administrativos ligados ao GDF e se negavam a implantar o Projeto Irmãozinho.

O processo de contestação e depois de negação, nitidamente de caráter ideológico, procura fixar-se em argumentos diversos, entre eles o da impossibilidade de operacionalizar o projeto. Trata-se de distribuir aos irmãos de 4 a 6 anos dos alunos da rede oficial de ensino um pacote de alimento por mês.

Essa distribuição, em sua etapa inicial, é feita pelo cadastramento desses irmãos. Sua simplicidade é gritante: apenas distribuir uma vez por ano a cada aluno um papel impresso no qual ele colocará os nomes de seus irmãos. Qual a dificuldade de operar o cadastramento? A distribuição propriamente dita é a entrega dos produtos pelas administrações central e regional da FEDF, pela Administração Regional. Nessa etapa podem entrar associação de moradores, miniprefeituras de setores urbanos e diversos órgãos do complexo administrativo do GDF. É só questão de tempo e organização mais detalhada.

A distribuição está sendo feita em todo o Brasil sem

qualquer dificuldade insuperável. É a etapa do plano denominado alimentação escolar que deverá atingir 34,5 milhões de alunos de 7 a 14 anos e seus irmãos na faixa etária de 4 a 6 anos.

Por que se negaram? Não pela operacionalidade, pois esta foi feita na área dos próprios contestadores radicais. Negam-se porque o projeto não foi discutido com a comunidade e isto não é escola democrática e crítica. Muito tem que se fazer por esta escola crítica e democrática e aí está o relatório final do dia D. Mas não existe qualquer impedimento de levar a discussão para a comunidade, mesmo que já existam discursos prontos e acabados para serem despejados sobre a comunidade. A democracia saberá respondê-los com o realismo do cotidiano.

Queriam no entanto discutir antes da implantação do projeto, num exercício de despejar palavras sobre o não existente. Agora já existe o real e existe um tema concreto para discutir com a comunidade, especialmente a da Ceilândia, que recebeu para os seus filhos de 4 a 6 anos, irmãos dos alunos da rede oficial de ensino. É sobre essa realidade que devem discutir, tendo nas mãos e levando para a comunidade o Plano de Metas do Governo Sarney. É necessário que tenham o exercício crítico da realidade brasileira e da nossa cidade e saibam separar (sabemos que sabem) o que é conjuntural do que é es-

trutural. Os dois níveis existem, não foram inventados por nenhuma cabeça, mas pela vida.

É necessário que, ao abordarem os objetivos de alcançar merenda escolar para 34,5 milhões de alunos e irmãos de alunos na faixa de 4 a 6 anos, citem também o Plano no que se refere à suplementação alimentar para 15,9 milhões de gestantes, nutrízes e crianças, 10 milhões de litros de leite diários para crianças até 6 anos, escolas para alunos até 14 anos (num total de 25,5 milhões), mas não fiquem no assistencialismo, no conjuntural. Avancem para a reforma agrária e citem o assentamento de 1,4 milhão de famílias com condições de aproveitamento da terra, também.

Por fim, antes e depois da conscientização da comunidade (e também durante), trabalhem profissionalmente em boas aulas, para que a escola crítica e democrática seja eficiente — única forma de ser acreditada como escola o que de fato ela é. Esta já é uma outra parte do mesmo tema social: o de saber a escola que temos e nela trabalharmos com a realidade, de forma a transformá-la na prática e não no discurso crítico que sempre termina em conflitos de palavras, fenecendo na prática onde reside a vida.

Fábio Bruno é secretário de Educação do Distrito Federal